

3

Carreira

Paridade e irredutibilidade são temas
de encontro com Cláudio Lembo

5

Nova diretoria

José Procópio é o novo
presidente do SINDIPROESP

6

Conselho da PGE

Miranda Leão lê carta-manifesto sobre
a paridade remuneratória

O SINDIPROESP continuará ao lado do procurador em 2007

Mais um ano, marcado pela luta do SindiproesP na revalorização da carreira está chegando ao seu final. Assumimos a diretoria do SindiproesP no mês de abril para um mandato complementar que se encerra juntamente com o final do ano. Durante todos estes meses lutamos incansavelmente pela paridade remuneratória entre a Magistratura, o Ministério Público e a Advocacia Pública; a irredutibilidade dos vencimentos/proventos do procurador autárquico; a mudança no sistema de ingresso e promoções da carreira do procurador do Estado; a elaboração da nova Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado e, principalmente, pela democratização da PGE, com a eleição do procurador-geral do Estado por meio do voto direto dos procuradores.

Neste curto mandato trabalhamos no sentido de aproximar o procurador do sindicato. Para isto, foram de fundamental importância as visitas feitas ao Conselho da PGE, Instituto de Previdência do Estado (Ipesp), Procuradoria Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Procuradoria de Assistência Judiciária, e Procuradoria Jurídica do DER, quando verificamos, *in loco*, as condições de trabalho do procurador, que se ressentiu do volume excessivo de tarefas provocado pela falta de material humano – a matéria “Ipesp pede socorro”, veiculada na edição de nº 80 de nosso jornal, é um exemplo desta situação. A autarquia, que já contou com uma dotação de 120 procuradores, tem atualmente apenas 15 profissionais da carreira (1/3 do necessário). As visitas realizadas confirmaram a necessidade de continuarmos lutando por melhores condições de trabalho para o procurador e pela revalorização da carreira.

Vale lembrar, também, a inauguração da galeria Armando Marcondes Machado Junior com

as fotografias dos nossos ex-presidentes, um dos momentos mais significativos na trajetória do SindiproesP. Na ocasião, muito me emocionou o discurso de nosso principal homenageado, nosso primeiro presidente, quando ele citou a maior vitória alcançada pela carreira até os dias de hoje: a obtenção da verba honorária com a aprovação da Lei Complementar nº 93, de 28/5/74, da qual fui relator junto à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

Chegamos ao final do ano e do mandato com a certeza de termos cumprido o que nos propomos e, mais tranquilos, ainda, por saber que a nova diretoria, que assume em janeiro de 2007, tendo à frente o jovem procurador da PAJ, José Procopio da Silva de Souza Dias, tem o mesmo compromisso: a luta incansável em prol da carreira. A nova diretoria mescla novos nomes com nomes já experientes na luta sindical, formando uma equipe revigorada que colocará toda a sua energia em defesa do procurador do Estado.

Com as portas abertas do SindiproesP a todos os procuradores do Estado, das autarquias, das fundações e das universidades públicas do Estado de São Paulo, queremos desejar um Feliz Natal e um ano de 2007 próspero de realizações, conclamando a carreira à união de propósitos com a finalidade de maximizar os objetivos propostos para o próximo ano. O SindiproesP quer contar com a participação de todos os procuradores em 2007. Venha participar conosco desta luta!

Ademar de Barros

Presidente do SINDIPROESP



PGE

Marcos Nusdeo assume como procurador-geral do Estado em janeiro de 2007

O procurador Marcos Nusdeo, presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo (Apesp) foi escolhido pelo governador eleito de São Paulo, José Serra, para comandar a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo a partir de 2007. O anúncio foi feito no dia 27/11.

O novo procurador-geral do Estado é professor de Direito Constitucional da Faap e procurador do Estado desde 1989. Na Apesp, Nusdeo foi diretor financeiro por duas gestões consecutivas (de 2002 a 2006) e foi eleito presidente em 9 de março de 2006.

O SINDIPROESP espera que o trabalho de Marcos Nusdeo, à frente da PGE, seja marcado pela retidão e coragem que marcaram a sua atuação dentro da Apesp e que uma de suas principais metas seja a valorização da carreira.

Expediente

Jornal do SINDIPROESP

Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo

Sede Social

Rua Maria Paula, nº 78, 7º andar, CEP 01319-000, São Paulo, SP
Telefax: (11) 3105-7141
e-mail: SINDIPROESP@uol.com.br
site: www.SINDIPROESP.org.br

Presidente

Ademar de Barros

1º Vice-presidente

Ney Duarte Sampaio

2º Vice-presidente

Innocência Medina Garcia

Secretário-geral

João Clímaco Penna Trindade

Secretário-adjunto

Eduardo de Mello

Tesoureiro-geral

Sebastião Viane Borin

Tesoureiro-adjunto

Ruben Fucs

Diretor Jurídico

José Francisco Lopes de Miranda Leão

Diretor Jurídico Adjunto

José Nuzzi Neto

Diretor de Comunicações

José Procopio da Silva de Souza Dias

Diretor-adjunto de Comunicações

Paulo Eduardo de Barros Fonseca

Diretora de Atividades Culturais e Sociais

Paola de Almeida Prado

Diretora-adjunta de Atividades Culturais e Sociais

Inês Helena Bardawil Penteadó

Conselho Fiscal

José Ricardo de Freitas

Marcos de Azevedo

Maria Ângela da Silva Fortes

Edição, textos, revisão e editoração eletrônica

Caracol Design
www.caracoldesign.com.br

Fotos

Arquivo SINDIPROESP e Divulgação

Tiragem

3.000 exemplares

SINDIPROESP discute importantes reivindicações da carreira com governador Cláudio Lembo



Governador Lembo recebe diretoria do SINDIPROESP, acompanhada do advogado José Eduardo Ferreira Neto e do deputado estadual Aldo Demarchi

O presidente do Sindiproesp, Ademar de Barros, esteve reunido com o governador Cláudio Lembo, no último dia 28 de julho para tratar de importantes reivindicações dos procuradores do Estado e das autarquias.

Uma delas diz respeito à paridade remuneratória entre a Magistratura, o Ministério Público e a Advocacia Pública, instituída pela Constituição Brasileira de 1998. No que se refere aos procuradores do Estado de São Paulo, essa paridade, conquistada em 1995, deixou de ser observada cinco anos depois, quando os procuradores não receberam o reajuste de 38% repassados aos juízes e promotores. Ademar de Barros salienta também que a não regularização da paridade remuneratória entre as carreiras jurídicas está gerando um grave problema de ordem prática: a evasão nos quadros da Procuradoria Geral do Estado.

O Sindiproesp está empenhado em lutar pela igualdade constitucional entre as carreiras jurídicas, e entende que o tratamento não uniforme entre as carreiras implica desigualar o que o constituinte desejou preservar no mesmo plano.

Outro assunto tratado junto ao governador Lembo foi o sistema de ingresso e promoções da carreira de procurador do Estado. O Sindiproesp solicitou ao governador a supressão do nível de procurador-substituto, considerada uma sub-classe. A solução, para o sindicato, é que os procuradores que ingressam na carreira sejam qualificados como procurador nível I.

Por outro lado, o Sindiproesp entende que o sistema de promoções da carreira é discrepante do adotado para o restante do funcionalismo estadual, por pressupor a existência de cargos vagos nos níveis subsequentes, o que faz com que os procuradores passem vários anos no mesmo nível, sem qualquer progressão, ou, até mesmo, sem perspectiva de progressão, independentemente de seus méritos. Segundo Ademar de Barros, a revisão dos sistemas de ingresso e promoções da PGE é medida necessária e urgente ao aperfeiçoamento institucional.

O encontro com o governador também serviu para tratar de importante reivindicação dos procuradores autárquicos: a irredutibilidade dos seus vencimentos/proventos. Desde 1997, quando tiveram seus vencimentos drasticamente reduzidos, os autárquicos estão lutando pelo restabelecimento de sua remuneração.

O secretário-geral do Sindiproesp, João Clímaco Penna Trindade, o deputado estadual Aldo Demarchi e o advogado José Eduardo Ferreira Neto também participaram da reunião com o governador Cláudio Lembo, que demonstrou simpatia às reivindicações apresentadas, declarando que encaminharia todos os assuntos à análise da Procuradoria Geral do Estado.

Procuradores Autárquicos

STF nega recurso pela volta da Lei 827/97

O ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal, negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pelo Estado de São Paulo contra o acórdão do TJ/SP que afastou a aplicação da Lei Estadual nº 827/97, que disciplinava a remuneração dos procuradores autárquicos de São Paulo. O TJ/SP elegeu as LC's 93/74 e 724/93 (legislações anteriores àquela lei) como parâmetros para disciplinar vencimentos e/ou proventos dos procuradores de autarquia.

O STF não aceitou a argumentação do governo de São Paulo de que a decisão do TJ/SP teria violado o disposto nos artigos 5º, item XXXVI; 37, item XIII; 67 e 97 da Constituição Federal. A decisão do ministro Eros Grau foi publicada em 28/9/2006.

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo interpôs agravo regimental que deverá ser apreciado pelo STF.

Autárquicos lutam pela irredutibilidade dos vencimentos

Os procuradores autárquicos que, por força de leis estaduais, recebiam vencimentos e proventos iguais aos dos procuradores do Estado, viram seus vencimentos serem drasticamente reduzidos em 1997, durante a primeira gestão do governo Covas, pela Lei Complementar nº 827, de 23/6/97. A lei estadual que reduziu os vencimentos dos procuradores autárquicos foi respaldada pelos artigos 29 da Constituição Estadual e 153 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que feriam o artigo 67 da Constituição Federal, segundo a ADI nº 1.546-0, proposta pela Procuradoria Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. Em resposta, o STF decidiu que os artigos 29 e 153 (citados anteriormente) eram inconstitucionais. A partir daí, os procuradores autárquicos do Estado de São Paulo buscaram apoio na justiça para restabelecer seus vencimentos. Até o momento, cerca de 70% dos procuradores autárquicos já têm sua situação remuneratória regularizada, com vencimentos e proventos restabelecidos, mas os outros 30% da carreira continuam a receber proventos baseados em uma lei considerada como inconstitucional. O SINDIPROESP e a Apaesp estão trabalhando em conjunto objetivando o restabelecimento dos vencimentos dos procuradores de autarquias.

SINDIPROESP visita a Procuradoria de Assistência Judiciária



O presidente eleito do SINDIPROESP para o biênio 2007/2008, José Procopio, em campanha durante a visita à PAJ

O Sindiproesp, por meio de integrantes de sua diretoria esteve visitando as Varas Criminais e a Vara de Execuções, da Procuradoria de Assistência Judiciária, no Fórum Criminal do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, no dia 13 de novembro.

DER

PJ do DER tem menos de 10% dos procuradores de que necessita

A diretoria do Sindiproesp esteve reunida com a procuradora-chefe da Procuradoria Jurídica do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, Maria Ângela da Silva Fortes, no dia 5 de dezembro, ocasião em que comprovou o estado de calamidade em que se encontra esta autarquia.

A PJ do DER conta com apenas dez procuradores (a sua dotação é de 150 procuradores) para atuar em 14 regionais em todo o Estado. Grande parte destas regionais não tem um procurador designado para atuar especificamente em seus processos. A regional de Campinas, por exemplo, com cerca de 1.600 processos, não conta com um procurador efetivo. A falta de procuradores e a pouca atenção recebida por parte da Procuradoria Geral do Estado, segundo procuradores lotados na autarquia, obrigam os a sacrifícios pessoais para que o andamento dos processos seja minimamente satisfatório.

Na oportunidade, o então candidato (eleito no dia 21 de novembro) ao cargo de presidente da entidade para o biênio 2007/2008, José Procopio da Silva de Souza Dias, acompanhado da companheira de chapa Ivanira Pancheri, do atual presidente do Sindiproesp, Ademar de Barros e dos diretores João Clímaco Penna Trindade e Eduardo de Mello, fez questão de mostrar que o sindicato está, cada vez mais, presente na defesa das causas da carreira

José Procopio reiterou, na ocasião, que o sindicato está aberto ao diálogo, reafirmando bandeiras fundamentais da entidade, como a eleição do procurador-geral do Estado, a necessidade de revalorização da remuneração do procurador do Estado, a busca da paridade com as demais carreiras jurídicas, e a necessidade da promoção desvinculada da existência de vagas em níveis superiores da carreira. A secretária eleita falou sobre a necessidade de uma maior participação do procurador do Estado nas questões decisórias da Procuradoria Geral do Estado, deixando claro que o Sindiproesp continuará lutando pela democratização da PGE e pela revalorização do Conselho da Procuradoria.

Maria Ângela Fortes, procuradora-chefe da PJ do DER desde 2000, sintetiza a atual estado da autarquia: “é uma situação calamitosa, pela qual ninguém se responsabiliza. O mínimo que a PGE deveria fazer é vir aqui verificar as nossas condições de trabalho. Como a PGE não toma conhecimento da nossa situação, nós tentamos, com base no sacrifício pessoal, tocar o serviço. Mas não existe outra palavra para definir o estágio atual da nossa PJ a não ser ‘calamitosa’”, define ela.

Para o presidente eleito do Sindiproesp, José Procopio, uma das primeiras ações do novo procurador-geral do Estado, Marcos Nusdeo, deveria ser uma visita à PJ do DER: “é imprescindível que o novo procurador-geral verifique o estado precário de funcionamento da PJ do DER e tome as providências necessárias para que o trabalho dos procuradores que nela atuam seja valorizado”. A

Ambos, presidente e secretária, sempre trabalharam na PAJ, estando em sintonia com as manifestações dos colegas que reiteraram confiança na paridade, ao mesmo tempo que demonstraram preocupação quanto ao futuro dos procuradores que estão na PAJ, no que se refere à remoção, novas atribuições e remuneração.

A nova Lei Orgânica da PGE, também foi tema tratado durante a visita. “Todos os assuntos foram abordados de maneira cordial e amistosa com os colegas e sentimos que eles demonstraram um grande interesse, o que mostra que estamos no caminho certo”, ressaltou José Procopio. Este interesse foi comprovado com a adesão de novos integrantes ao quadro associativo do sindicato, após a visita.

O presidente Ademar de Barros considerou a visita extremamente proveitosa, reiterando aos procuradores visitados que a chapa liderada por José Procopio trouxe novos ares para o sindicato, unindo a experiência de alguns diretores, que há anos vêm defendendo os interesses dos procuradores do Estado, com o sangue novo de lideranças que estão emergindo no meio sindical.



Diretoria do SINDIPROESP ouve as queixas dos procuradores da PJ do DER

visita do Sindiproesp à Procuradoria Jurídica do DER é mais uma das ações que visam uma maior aproximação entre o sindicato e a carreira.

José Procopio da Silva de Souza Dias é o novo presidente do SINDIPROESP

O Sindiproesp realizou no dia 21 de novembro as eleições da diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2007/2008. A chapa “PGE unida, independente e forte”, liderada por José Procopio da Silva de Souza Dias foi eleita para comandar o sindicato nos próximos dois anos.

A formação da chapa, segundo o atual presidente do Sindiproesp, Ademar de Barros, foi o resultado da soma de esforços dos procuradores do Estado e das autarquias para fazer com que o sindicato continue na sua luta pela valorização da Advocacia Pública de São Paulo.

O novo presidente, José Procopio, falou sobre suas expectativas para os próximos dois anos à frente do Sindiproesp, salientando que a nova diretoria “espera contribuir para o fortalecimento da PGE, propondo alternativas e lutando pela implementação efetiva de melhorias para os procuradores, quanto à remuneração, modernização institucional – com a autonomia e democracia interna –, melhores condições de trabalho e manutenção do que foi legitimamente conquistado”.



Procuradores Norma Romão Gomes, Angélica das Graças Correa Munari, Paulo Francisco Bastos Von Bruck Lacerda (presidente), José Luiz Fourniol Rebello e Leslie Gorga Nunes, integrantes da comissão eleitoral



Jose Procopio da Silva de Souza Dias

O novo presidente do SINDIPROESP formou-se na Fadusp em 1996, e é procurador do Estado desde 1998, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária (Tribunal do Júri, Varas Criminais e Vara das Execuções Penais).

Nova diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria eleita para o biênio 2007/2008

Presidente – José Procopio da Silva de Souza Dias

1º vice-presidente – José Francisco Lopes de Miranda Leão

2º vice-presidente – Ademar de Barros

Secretária-geral – Ivanira Pancheri

Secretária-adjunta – Mariana Rosada Pantano

Tesoureiro-geral – José Nuzzi Neto

Tesoureiro-adjunto – Paulo Eduardo de Barros Fonseca

Diretor Jurídico – João Clímaco Penna Trindade

Diretor Jurídico Adjunto – Ruben Fucs

Diretor de Comunicações – Ney Duarte Sampaio

Diretor-adjunto de Comunicações – Alberto Barbour Júnior

Diretor de Atividades Culturais e Sociais – Jean Jacques Eremberg

Diretor-adjunto de Atividades Culturais e Sociais – Paulo Alex de Souza

Conselho Fiscal

Dorina Maria Rodrigues Alcântara

Innocencio Medina Garcia

José Ricardo de Freitas

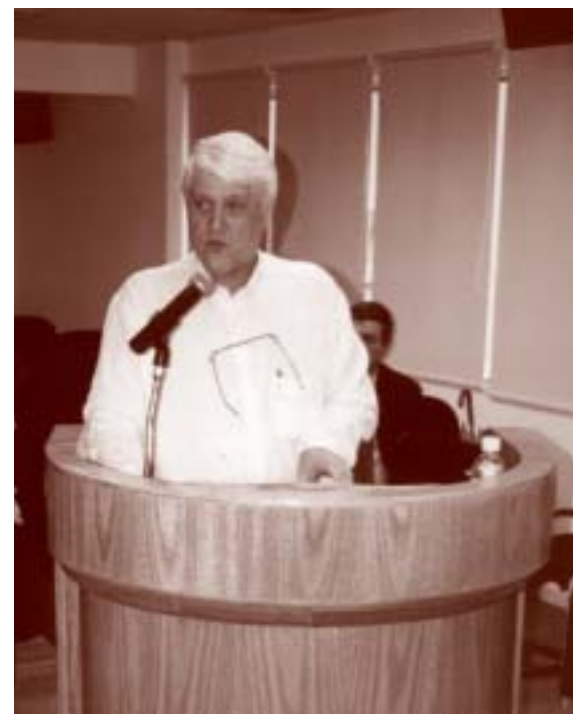
SINDIPROESP se manifesta sobre paridade remuneratória no Conselho da PGE

O Sindiproesp participou da reunião do Conselho da PGE realizada no dia 19 de outubro com o objetivo de se manifestar sobre a paridade remuneratória entre as carreiras jurídicas, e, também, acerca da promoção dos procuradores-substitutos ao cargo de procurador nível I.

Na ocasião, uma carta-manifesto do Sindiproesp sobre a paridade remuneratória foi lida no plenário do Conselho pelo diretor jurídico da entidade, José Francisco Lopes de Miranda Leão. A manifestação, abaixo reproduzida, acolheu proposta do associado

Ney Duarte Sampaio e mostra a posição firme do sindicato com relação à paridade e ressalta que somente com uma vigorosa demonstração de união da carreira este objetivo será atingido.

Com relação à promoção dos procuradores-substitutos ao cargo de procurador nível I, o governador do Estado, Cláudio Lembo, assinou dias depois (em 24/10), decreto promovendo 85 procuradores-substitutos, e vindo a coroar a atuação do Sindiproesp em prol da carreira, no que tange ao assunto em questão.



Diretor jurídico do SINDIPROESP lê carta-manifesto em sessão do Conselho da PGE

Carta-manifesto do SINDIPROESP ao Conselho da PGE

Senhor Presidente do Conselho
Sras. Conselheiras, Srs. Conselheiros
Colega Marcos Nusdeo, Presidente da Apesp
Colegas

O Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo (SINDIPROESP), por decisão unânime de sua diretoria, vem a este Egrégio Conselho para manifestar que apóia proposta de seu associado Ney Duarte Sampaio, no sentido de que adotemos todos uma conduta uniforme e efetiva, visando obter a tão almejada PARIDADE.

PARIDADE que nos é devida há muito tempo e por todos dita desejada. No entanto, não basta apenas verbalizar a pretensão.

Como bem salientado pelo autor da idéia, em correspondência que encaminhou à entidade de classe, o momento oportuno será aquele em que o novo governador venha a convidar alguma procuradora ou procurador do Estado para assumir a chefia da Instituição.

Estamos plenamente de acordo e concitamos a todos os colegas para que ninguém aceite o honroso cargo se não lhe for garantido que poderá, COMO PRIMEIRO ATO APÓS A POSSE, estender a todos a PARIDADE remuneratória com as demais carreiras jurídicas.

Como já se viu no passado recente, não basta o governador se comprometer com a PARIDADE durante seu mandato. Já não funcionou e não há garantia de que funcionará.

Só com uma demonstração de vigorosa união atingiremos o objetivo absolutamente justo e necessário para a dignificação de nossa Instituição, alcançando-a ao mesmo patamar das congêneres.

Vimos ao Conselho, como o sindicato já faz há quinze anos, por entender que este deve ser o foro principal de debates de nossa Instituição.

Contamos com o apoio de todos os que entendam ser fundamental e indispensável a conquista da PARIDADE.

Os que se omitirem haverão de assumir a responsabilidade daí decorrente.

A DIRETORIA

SINDIPROESP – Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo

Eleito o novo Conselho da PGE

A eleição dos novos integrantes do Conselho da PGE foi encerrada no dia 7 de dezembro com a apuração de um total de 602 votos. Foram eleitos Elza Masako Eda (Órgãos Complementares), Ana Cristina Leite Arruda (Contencioso), Manoel Francisco Pinho (Consultoria), Leonardo Gonçalves Ruffo (Assistência Judiciária), Thiago Luis Santos Sombra (Nível I), Márcio Coimbra Massei (Nível II), Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes (Nível III), Paulo de Tarso Neri (Nível IV) e Leila D'auria Kato (Nível V).

O SINDIPROESP parabeniza os novos conselheiros da PGE na certeza de que atuarão no sentido de valorizar a Advocacia Pública.

Verba Honorária

Secretaria da Fazenda não pode gratificar quem não ocupa cargo em comissão com o dinheiro da verba honorária

A juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 3ª Vara da Fazenda Pública, não aceitou a ilegitimidade ativa argüida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, julgando procedente o pedido do Sindiproesp e da Apesp, condenando a Fesp a não atribuir cotas de honorários advocatícios, não con-

dizentes aos cargos que ocupam, aos procuradores de Estado designados para a prestação de serviços no Gabinete ou na Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado.

A sentença corrigiu uma distorção que o procurador-geral do Estado pretendeu implantar na Instituição.

Irredutibilidade

STF garante irredutibilidade de vencimentos a ministros aposentados e SINDIPROESP requer extensão à categoria

O Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, rejeitou o pedido de declaração incidental de inconstitucionalidade do vocábulo “pessoais”, inserido no inciso XI do artigo 37 da Constituição, na redação que lhe atribuiu a Emenda Constitucional nº 41/2003, e da expressão “e da parcela recebida em razão de tempo de serviço”, contida no artigo 8º da referida emenda, garantindo a ministros aposentados do STF a continuidade do recebimento de 20%

em seus proventos, benefício concedido à época em que se aposentaram, até que o mesmo seja absorvido por eventual reajuste do teto salarial. Com essa decisão, o STF votou favoravelmente à irredutibilidade de vencimentos dos magistrados, repelindo a idéia de decesso remuneratório.

Tendo como base a decisão do STF (Mandado de Segurança 24.875-1), que manda que os órgãos dirigentes dos tribunais dos Estados, no trato da

matéria, assegurem a percepção dos vencimentos e proventos dos magistrados na sua expressão monetária atual, até que ocorra a absorção por eventual revisão do teto remuneratório, o Sindiproesp enviou requerimento ao procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos, solicitando a extensão administrativa desta decisão a todos os integrantes das carreiras representadas pelo sindicato, com a consequente adequação dos respectivos vencimentos.

Ações ordinárias pela irredutibilidade de vencimentos/proventos



Diretoria do SINDIPROESP com o advogado Ricardo Luiz Marçal Ferreira, da Ferreira e Camilo Advogados

O presidente do Sindiproesp, Ademar de Barros, e os diretores Ney Duarte Sampaio e João Clímaco Penna Trindade participaram de encontro com o advogado Ricardo Luiz Marçal Ferreira, da Ferreira e Camilo Advogados, que irá ajuizar ações ordinárias individuais, visando garantir a irredutibilidade de vencimentos, com pedido de tutela antecipada, para procuradores que tiveram seus vencimentos e/ou proventos reduzidos pela aplicação da nova redação dada ao artigo 37, item XI, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 41/03.

Segundo Ricardo Ferreira, a irredutibilidade “ganha relevo atualmente porque o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 24.875, professou

a tese de que, conquanto fosse lícito à Emenda Constitucional nº 41/03 fixar concretamente novos limites remuneratórios máximos, não poderia, tal como pretendeu fazer, impor redução nominal aos vencimentos e proventos que vinham sendo auferidos”. Ferreira salienta ainda que a orientação firmada pelo plenário do STF é de inuidosa juridicidade e constitucionalidade, podendo ser defendida em ações individuais, nas quais se pode pleitear a tutela antecipada.

Um total de 179 procuradores encaminharam, por meio do Sindiproesp, a documentação necessária para o ajuizamento das ações de irredutibilidade de proventos/vencimentos.

Ex-presidentes ganham galeria



O presidente eleito, José Procopio, discursa após o descerramento das fotografias dos ex-presidentes

A galeria Armando Marcondes Machado Junior foi inaugurada na sede do Sindiproesp no dia 28 de novembro com o descerramento das fotografias de todos os ex-presidentes do sindicato.

Armando Marcondes Machado Junior, primeiro presidente do Sindiproesp, agradeceu a homenagem recebida ressaltando que “a inauguração da galeria é uma demonstração de carinho para com os presidentes que passaram por este sindicato”.

O presidente do Sindiproesp, Ademar de Barros, fez uso da palavra, na ocasião, ressaltando que a solenidade foi um dos momentos mais significativos na trajetória do Sindiproesp, marcada por desafios permanentes e conquistas importantes, entre as quais a criação da Advocacia Pública única.

Segundo o presidente, a inauguração da galeria com o descerramento das fotografias dos ex-presidentes “tornou-se inesgotável penhor de toda a carreira pela dedicação e esforço dos dirigentes do Sindiproesp, que nas várias administrações sempre deram o melhor de si na defesa dos direitos dos procuradores estaduais”. Ademar de Barros destacou, ainda, a alegria contagiante de todos durante a solenidade, enfatizando que a presença representativa dos procuradores sindicalizados constitui-se em um ótimo estímulo para a diretoria que assume o sindicato em janeiro do próximo ano.

Durante o evento, em que foi servido um coquetel, também foi avaliada a trajetória do Sindiproesp, desde seus primeiros dias de luta, e traçadas estratégias de atuação para os próximos anos.

TJ/SP confirma decisão sobre o repasse da verba honorária

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou, em 23 de outubro último, por unanimidade, provimento ao recurso de apelação da Fazenda do Estado contra a decisão que julgou procedente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Sindiproesp e pela Apesp, visando o controle e administração da verba honorária.

Com o resultado da votação, o TJ/SP confirmou a decisão de 1ª instância, proferida em 24/10/2002, que condenou a Fazenda do Estado ao “repasse da

verba honorária existente em conta, dentro de dez dias, sob pena de multa diária de dez mil reais, ainda o importe nas causas onde obtiver êxito a Fazenda, mês a mês, em conta especial à disposição da Procuradoria e sob o modelo do ‘triplique’, especificando em ambas as circunstâncias o total com planilha e respectiva contas prestadas, na operação pertinente à transferência do Fundo e, outrossim, naquela futura do repasse mensalmente, identificando, uma a uma, as circunstâncias e discriminando receitas

pontualmente, renovada fica a tutela antecipada, cujo cumprimento, dentro dez dias, será comprovado, sob pena de multa estabelecida e desobediência, com observação de manutenção do controle e da administração das verbas (geral e específica – ‘triplique’) enquanto depositadas em mãos do Governo do Estado de São Paulo ...”.

A decisão do TJ/SP configura-se como uma expressiva vitória da carreira, onde o Sindiproesp teve atuação decisiva.

História do Centro Acadêmico XI de Agosto faz parte do acervo da biblioteca do SINDIPROESP

Durante a solenidade de inauguração da galeria de fotos dos ex-presidentes do Sindiproesp, o primeiro presidente da entidade, Armando Marcondes Machado Junior, fez, oficialmente, a doação de exemplares do título “Centro Acadêmico XI de Agosto – Faculdade de Direito de São Paulo (volumes I ao VII), de sua autoria, à biblioteca da entidade. A série de livros, editados pela Mageart Editora, conta a história do Centro Acadêmico XI de Agosto, desde 1827 até os dias de hoje. Naquele ano foram criados, por meio de

decreto do imperador D. Pedro I, os dois primeiros cursos de direito no país – um em São Paulo e outro em Olinda (PE). Mais de cem anos depois, em 1934, o curso de São Paulo – pertencente à União – passou a fazer parte da Universidade de São Paulo (USP), criada no mesmo ano.

Os volumes doados, que valorizam de forma expressiva o acervo da biblioteca do Sindiproesp, encontram-se à disposição dos procuradores sindicalizados na sede da entidade.



O presidente Ademar de Barros recebe os livros de autoria de Armando Marcondes Machado Junior (primeiro presidente do SINDIPROESP)